



CMUHE041546

MEDEIROS, Delma. Análises começaram no ano passado.
Correio Popular, Campinas, 08 fev., 2003.

Análises começaram no ano passado

Em Campinas, o monitoramento das fontes alternativas de água é feito pelos Distritos de Saúde. O coordenador de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde, o médico sanitarista Carlos Eduardo Cantúcio Abrahão, informa que a questão foi regulamentada somente no início desse ano, com a entrada em vigor da portaria 1.469, de 2000, que estabelece a Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano.

No município, em maio do ano passado a Secretaria começou a fazer análise mensal da qualidade da água em 50 pontos espalhados pela cidade, que incluem a água de abastecimento público, fornecida pela Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (Sanasa) e fontes alternativas, como minas, poços, fontes, veículos fornecedores e instalações condominiais. Antes disso o controle era irregular, segundo Abrahão.

Ele destaca que a partir de agora as autoridades sanitárias municipais vão estabelecer o monitoramento periódico dos pontos e acompanhar o histórico dos resultados apresentados.

Segundo Abrahão, as análises efetuadas atualmente são parciais, mas serão ampliadas com a nova portaria, que indica outros parâmetros para avaliação. No entanto, para a implementação do estudo mais completo, é necessário aparelhar o laboratório de Saúde pública do governo do Estado, que atende a região e que ainda não está devidamente equipado para todas as análises recomendadas.

Pela portaria, cabe ao Poder Público municipal avaliar o sistema de abastecimento de água e as soluções alternativas, sistemática e permanentemente. No último caso, a frequência recomendada de análise é mensal, e os resultados devem ser disponibilizados de forma acessível à população.

“Com a portaria, a Saúde pública passa a contar com uma força legal para ter controle da qualidade de água para consumo”, resume o sanitarista. A legislação estabelece que potável é a água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade, e que não ofereça riscos à saúde. (DM/AAN)